

O CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS¹

INTRODUÇÃO

O Corpo Expedicionário Português (CEP) é talvez a imagem mais marcante do esforço que Portugal fez durante a Grande Guerra. Ainda que logo em 1914 tenham seguido expedições para África e algumas delas se tenham defrontado com forças alemãs ou com forças apoiadas pelos alemães – mesmo antes de uma declaração formal de guerra entre as duas nações –, é com o aprontamento (como se usa no léxico militar atual) de uma Divisão do Exército entre Abril e Julho de 1916, na região de Tancos, que a participação no Teatro de Operações da Europa ganha forma efetiva.

Enquanto o esforço militar em África tem a ver com a própria sobrevivência da soberania portuguesa nesses territórios coloniais, a participação na Frente Ocidental é uma opção de natureza política. Se a ida para África pode ser classificada como uma *war of necessity*² – era necessário defender as colónias e, ainda, conhecedores das negociações secretas entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, no ano de 1912, temiam-se as consequências das inevitáveis negociações de paz de uma guerra que inicialmente todos esperavam que fosse breve –, a participação na guerra da europa é uma *war of choice*³, uma escolha política isolada do governo republicano do Partido Democrático, contra quase todo o resto da sociedade portuguesa, com propósitos de legitimação do jovem regime republicano mas também de afirmação face à Grã-Bretanha.

Do imenso esforço que Portugal fez neste período para criar forças expedicionárias para África, Europa e ilhas atlânticas, num total de cerca de 105.542 homens, o Teatro de Operações da Europa, precisamente a *war of choice*, foi não só o que mobilizou maiores recursos humanos, cerca de 55.165, mas também (o que era expectável) aquele que provocou mais baixas, cerca de 21.825 de um total de 38.012 (Fraga, n.d.).

Se a escolha foi estritamente do governo nacional, a sua concretização foi 100% dependente de outros, nomeadamente da Grã-Bretanha. A decisão de escolher a frente ocidental implicou o regresso a uma dimensão da guerra a que Portugal estava alheado desde há cerca de cem anos, pois datavam de 1814, já em território francês, as últimas operações militares em que Portugal, perfeitamente integrado num exército aliado comandando por britânicos, combatia uma nação europeia dotada de um exército técnica e taticamente do nível daquele a que pertencia. Em 1917, o regresso em armas à europa significou voltar a combater num ambiente de alta intensidade, contra um inimigo tecnológica e taticamente melhor, e com

¹ O texto reflete a opinião pessoal do seu autor.

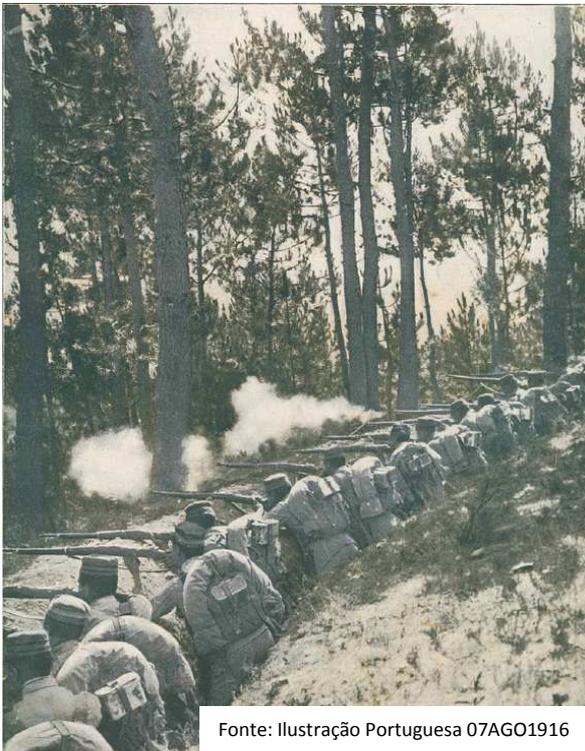
² Por definição as *wars of necessity* são as guerras que envolvem interesses vitais do Estado relacionados com a sua independência ou soberania e para os quais não parece haver alternativa ao uso da força, depois de esgotadas todas as outras opções (Haass, 2009).

³ As *wars of choice*, por oposição, envolvem interesses não vitais, ou seja, não diretamente relacionados com a soberania ou independência do estado, e para os quais existem outras soluções que não o uso efetivo da força (Haass, 2009).

enquadramento superior estrangeiro. Mas este regresso foi penoso e atribulado em todas as suas fases: de preparação ainda em Território Nacional, de projeção para o Teatro de Operações em França, de preparação e sustentação para o combate, do combate propriamente dito, da tentativa de regeneração após a derrota militar, do repatriamento e, finalmente, já em território nacional, do processo de catarse de todos os traumas políticos, militares e sociais desta imensa aventura.

Por esta razão o CEP foi mais do que uma simples unidade militar a cumprir, como lhe competia, as diretivas emanadas pelo poder político. O CEP, como reflexo da sociedade portuguesa, foi também palco de toda a trama político-partidária que a caracterizou no período conturbado da I República. O seu estudo, principalmente o que diz respeito ao seu desempenho militar, tem obrigatoriamente de se ancorar nesta contextualização sob pena de se tirarem ilações que não correspondam à realidade vivida em todas as suas dimensões. Extrair de um exército corroído por guerras internas e mobilizações permanentes para teatros africanos uma unidade de escalão divisão que cresceu para um Corpo de Exército foi algo de extraordinário. Mas o que torna este feito ainda mais interessante é que não se tratou apenas de mudar o paradigma de um exército talhado em experiência operacionais coloniais materializadas em unidades ou expedições de modestas dimensões em operações de pacificação (ou num léxico mais em voga, de contra-subversão), para uma grande unidade numa operação de guerra clássica. Esta guerra para a qual o governo português se lançava por opção política tinha a particularidade de ser a primeira Guerra (depois de um ensaio na guerra russo-japonesa) da era industrializada, recheada, por isso, de inovações técnicas, tecnológicas e táticas traduzidas

numa capacidade de destruição e morte sem precedentes na história da humanidade. A guerra em campo aberto na qual os portugueses se diziam confortáveis (Freiria, 1918) deu lugar à guerra de trincheiras repleta de inovações destruidoras como a aviação, os gases, as metralhadoras, os morteiros, a artilharia pesada, a motorização, as comunicações, tudo em total dependência dos britânicos.



Fonte: Ilustração Portuguesa 07AGO1916

TANCOS - Exercícios de grandes destacamentos mistos. Infantaria em linha de adroadores nos entrenchamentos da Barquinha

PREPARAÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL

Pode-se afirmar que o aprontamento de uma força para França começou com a deslocação de uma Missão Militar Portuguesa à Grã-Bretanha e a França, em Outubro de 1914. Composta pelos capitães Iven Ferraz, Fernando Freiria

e Eduardo Martins, esta delegação do governo português teve como finalidade *estudar com o estado-maior inglês a organização de uma força expedicionária que tenha de ser enviada ao teatro de guerra* (AHM, Div1/Sec35/Cx1276/Nº1). No mês seguinte desse mesmo ano é criada a chamada Divisão Auxiliar Portuguesa, mas sem qualquer consequência prática. Aliás, é preciso caírem governos e formalizar-se a declaração de guerra à Alemanha – em 9 de Março de 1916 – para que existisse algum empenho efetivo na preparação da Divisão Auxiliar. Ou seja, em 1915 decidiu-se pela concentração de uma Divisão de Instrução no polígono de Tancos mas a concretização, no terreno, só aconteceu em Maio e Julho do ano seguinte. Foi um trabalho difícil devido essencialmente à resistência passiva e muitas vezes ativa de oficiais em vir a intervir na guerra da Europa. Para o estado em que o exército se encontrava o que se conseguiu realizar em Tancos neste período de três meses só podia ser classificado como um autêntico milagre. Na teoria, e por milagre, Portugal passou a ter a sua força expedicionária pronta para embarcar.

PROJEÇÃO PARA O TEATRO DE OPERAÇÕES EM FRANÇA

O aprontamento da força foi apenas o prefácio a um longo tomo de adversidades e penosidades. A ausência de um aparelho militar credível a somar à falta de elementos de apoio logístico e de uma base industrial e técnica capaz de criar forças expedicionárias modernas,



Fonte: Ilustração Portuguesa 09ABR1917

NO CAES DE EMBARQUE: O chefe da missão militar inglesa conversando com um oficial português

colocou Portugal completamente na dependência logística, técnica, financeira e industrial da Grã-Bretanha (Telo, 2004, 385). A principal dependência começou logo com a projeção da força, já que Portugal dependia completamente do apoio naval britânico para fazer chegar os militares e o respetivo material ao porto de Brest, na costa Francesa.

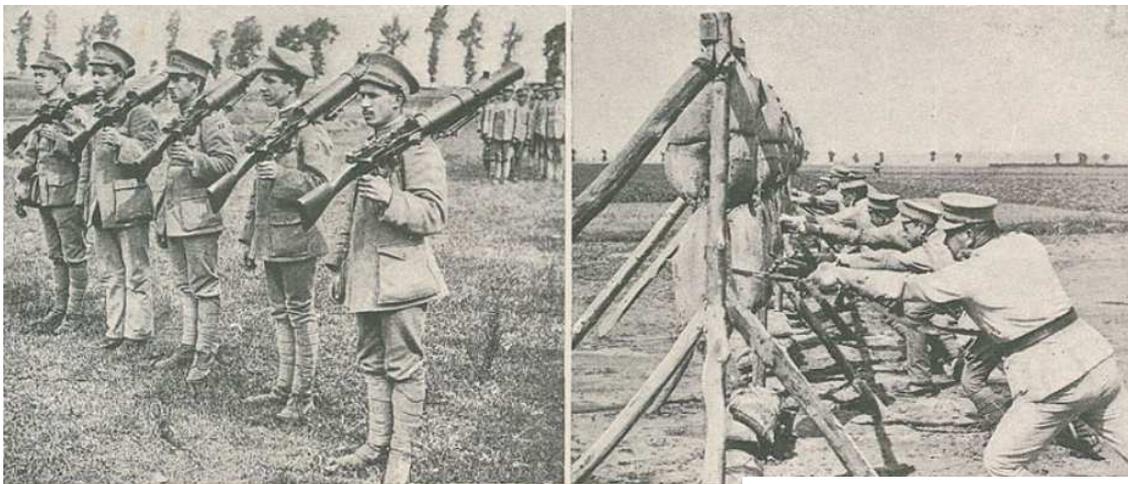
O embarque começou em Janeiro de 1917 e foram inúmeros os relatos das dificuldades em embarcar no Porto de Lisboa as unidades vindas de todo o país, da desorganização, da insuficiência dos meios, da recusa de militares e unidades em embarcarem. Tudo isto foi acontecendo sob o olhar atento da missão inglesa em Lisboa que não demorou a fazer chegar à sua hierarquia e às entidades competentes nacionais relatórios demolidores sobre a organização dos embarques e,

principalmente, do comportamento dos militares embarcados e da atitude dos oficiais que revelavam uma completa demissão das suas funções de comando e enquadramento da tropa durante os três dias de viagem.

PREPARAÇÃO E SUSTENTAÇÃO PARA O COMBATE

Tal como na Guerra Peninsular, as forças do Exército Português que combateram em França foram instruídas, equipadas e armadas pelos britânicos, no entanto, a cadeia de comando do CEP foi inteiramente portuguesa mas sujeita ao enquadramento britânico durante a instrução militar e a sua progressiva entrada em sector e, uma vez instalado na frente, subordinada hierarquicamente ao comando do I Exército Britânico.

A guerra das trincheiras e as novidades que lhe eram inerentes exigiram um tremendo esforço de formação, primeiro a uma equipa de instrutores selecionados e depois a todo o contingente. As unidades militares à medida que chegavam a França iam para áreas de concentração na retaguarda do sector britânico onde frequentavam escolas britânicas, como foram a Escola Central de Instrução, o Campo de Tiro, a Escola de Observadores, a Escola de atiradores e o Campo de educação física e baioneta. Após esta formação inicial nas escolas britânicas o CEP criou as suas próprias escolas, na sua zona de concentração, e nas quais as unidades foram instruídas e treinadas. Entretanto o CEP, por sugestão britânica e concordância nacional, sofre sucessivas reorganizações com vista a equiparar-se às congéneres aliadas e, inclusive, cresce para um escalão acima (Corpo de Exército) o que implicaria mobilizar mais unidades de escalão batalhão.



Fonte: Ilustração Portuguesa 10SET1917

Nas trincheiras portuguesas.—1. Exercícios de metralhadoras.—2. Exercícios de ataque á baioneta

A instrução só era dada como terminada depois das unidades estagiarem nas trincheiras da frente. E isso acontece a partir de Abril. A permanência na frente fazia-se segundo uma metodologia já muito experimentada pelos britânicos que começava pelo nível companhia. Quando era dada por pronta da instrução nas escolas práticas recebia ordem para avançar para as primeiras linhas sendo-lhe destinada uma outra companhia britânica junto da qual ia permanecer cerca de uma semana, aprendendo como se fazia a vida nas trincheiras. A

companhia estagiária ficava subordinada ao comando tático do batalhão britânico no qual se integrava. Neste estágio a unidade já participava na atividade operacional da unidade instrutora. Quando todas as companhias de um batalhão já tivessem feito o seu estágio junto das tropas britânicas avançava o batalhão por inteiro para se agregar a uma unidade do mesmo escalão nas primeiras linhas. Quando todos os batalhões de uma brigada já tivessem estagiado na frente, esta última assumia a defesa de um sector do seu escalão, ficando o comandante e o seu estado-maior em estágio junto do comando da brigada britânica substituída. Concluído este, a brigada portuguesa passava a ficar subordinada ao comando da divisão britânica na qual se integrava. Quando o processo se concluía com todas as brigadas de uma divisão, avançava o comandante e o estado-maior desta para o estágio e assumia a defesa do sector de divisão, ficando sujeito ao comando do corpo de exército e o seu estado-maior, que estagiavam e assumiam as responsabilidades totais (Fraga, n.d.).

Assumir a responsabilidade do sector foi, por isso, um processo lento, sistemático e que exigiu tempo. Desde os primeiros estágios de companhia, em início de Abril, até ao CEP, como Corpo de Exército, assumir plenamente o seu setor, em finais de Novembro, tinha decorrido cerca de sete meses. Entretanto o esforço de sustentação relacionado com a rotatividade do pessoal, que passava pelo transporte marítimo de cerca de 5.000 homens por mês, deixava de ser garantido já que a Grã-Bretanha cessava o apoio no transporte marítimo, justificado, em versão oficial, pelo apoio necessário ao transporte das forças expedicionárias americanas. Assim, os militares transportados até Novembro de 1917 seriam os que, por inexistência de rotatividade, passariam a materializar até ao fim, a opção política de participar no teatro europeu da Grande Guerra.

Desde os primeiros estágios que as unidades portuguesas faziam parte da dinâmica operacional dos setores que integravam. Os duelos de artilharia, combates de patrulhas e raides passaram a fazer parte do quotidiano das unidades das frentes e a fatura pagou-se em mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros.

COMBATE



Fonte: Ilustração Portuguesa 07JAN1918

Há um CEP antes e um depois da ofensiva alemã de 9 de Abril 1918. Para os portugueses esse dia ficou conhecido pela batalha de La Lys. Do CEP, que por força das circunstâncias se foi formando, ou melhor, se foi deformando, antes de La Lys não era possível esperar outra

coisa para além do que aconteceu. Sem reforços de Portugal e com um enquadramento de oficiais que se ia debilitando, o estado físico e moral do CEP era, em 1918, não confiável. Por esta razão o General Gomes da Costa quando é nomeado a 3 de Abril de 1918 para, três dias depois, assumir o comando da 2ª Divisão à qual competia a defesa do setor português, não podia deixar de declinar toda a responsabilidade sobre o que pudesse resultar de guarnecer uma frente tão extensa com um efetivo tão excessivamente reduzido (Costa, 1920). Para este homem com a vasta experiência em África e já na Europa com responsabilidades de um setor desde 16 de Junho de 1917, não se tratava de fugir às responsabilidades, tratava-se sim de colocar, preto no branco, a situação que todos sabiam mas que era preciso afirmar.

O mesmo foi também claramente transmitido a 7 de Abril ao recém-chegado comandante do XI Corpo Britânico, unidade à qual a Divisão portuguesa passou a estar subordinada em termos táticos a partir de 06 de Abril. Desde Fevereiro que o comando britânico vinha propondo a retirada das tropas portuguesas da frente, com Lisboa a resistir até meados de Março, altura em que aceita, mas cuja operacionalização só veio a acontecer, depois de sucessivos adiamentos – agora por imposição britânica – para o dia 9 de Abril. Os alemães escolheram deliberadamente o setor português sabendo que este seria o ponto mais fraco. Os alemães atacaram precisamente no dia em que as tropas portuguesas estavam em preparação para serem rendidas. Existiram tremendos atos de bravura e sacrifício mas os cerca de seis centenas de mortos e bem mais de seis mil prisioneiros deixaram uma imagem de um coletivo desagregado e pouco coeso. Ao meio dia os últimos esforços de resistência terminavam e com eles a Divisão Portuguesa deixava de contar como unidade militar. Os que não tinham sido mortos ou feitos prisioneiros retiravam desorganizadamente para a retaguarda.

TENTATIVA DE REGENERAÇÃO APÓS A DERROTA MILITAR



Logo a seguir à ofensiva alemã de 9 de Abril, o que restava das brigadas do CEP foi dado a duas Divisões britânicas, mas ainda no fim desse mês de Abril o Comando Britânico dispensou qualquer empenhamento operacional dos portugueses. Na prática as tropas portuguesas foram remetidas para trabalhos de organização

do terreno, autênticos “batalhões de trabalhadores”, uma situação inadmissível para Lisboa e humilhante para todos no CEP. Este outro CEP percorreu “um penoso calvário” (Telo, 2010) e já com um outro Comandante empenhou-se para renascer enquanto força expedicionária combatente.

O que fazer com o que sobrava do CEP foi alvo de intenso debate entre britânicos e portugueses, com os primeiros a continuar a descartar quaisquer possibilidades de reintegrar o que restava do CEP na frente (a menos que comandados por oficiais britânicos), enquanto os portugueses tentavam recuperar a imagem de um aliado credível, de uma nação soberana e independente. Mesmo insistindo na ideia de reforços prontos e disponíveis em Lisboa para embarcar para França, a posição britânica foi intransigente. Este outro CEP vivia agora sob o abandono de Portugal e a indiferença britânica, traduzindo-se numa falta de utilidade prática na guerra, terreno fértil para a insubordinação.

Neste contexto desolador, o estado desigual do que restava do CEP permitia equacionar, no mesmo mês de Outubro de 1918, a existência de dois batalhões prontos para regressar á frente em missões de combate e outros tantos casos de insubordinação grave, um dos quais resolvido pela força do fogo de metralhadora de unidades companheiras.

REPATRIAMENTO E CATARSE DE TODOS OS TRAUMAS

No dia 11 de Novembro de 1918 foi assinado o Armistício entre os Aliados e a Alemanha colocando um ponto final àquela que foi na altura a mais longa e mortífera guerra da humanidade. A industrialização da guerra e a conseqüente Guerra Total massificaram o poder de devastação que os contendores conseguiam impor uns aos outros, não só na destruição física de casas e paisagens mas, principalmente nas perdas humanas, soldados ou civis, homens e mulheres, idosos ou jovens. O saldo desta Grande Guerra foi, depois de meia centena de meses de conflito, a morte de cerca de nove milhões de soldados e cinco milhões de civis e de um número colossal de mutilados física e psicologicamente.

Para Lisboa, e os comandantes portugueses no terreno, a guerra do CEP não terminava com o Armistício, era imperioso percorrer a mesma caminhada dos aliados vencedores, por isso a garantia da participação no desfile da Vitória, em Paris, foi mais uma batalha.

A sociedade portuguesa em geral e as Forças Armadas em particular não puderam ficar

indiferentes ao regresso, entre Abril e Junho de 1919, de um contingente que chegou a mais de 55.000 homens dos quais quase 7.000 foram repatriados dos campos de prisioneiros na Alemanha. A formação da Liga dos Combatentes, da Comissão dos Padrões da Grande



Guerra foram, só para citar as mais conhecidas e perenes, iniciativas realizadas para atenuar a sensação de logro na participação portuguesa e perpetuar o esforço e os sacrifícios reais que os soldados tinham feito.

Na impossibilidade de identificarem individualmente todos os militares que tombaram e todo o esforço humano de uma guerra, as nações, pelo exemplo da França, começaram a erigir monumentos ao “soldado desconhecido”. Em Portugal, a 18 de Março de 1921, o Governo autorizou a transladação de dois Soldados Desconhecidos, um da França (Flandres) e outro da África (Moçambique), para o Panteão da Batalha. Foi, ainda, decidido que a cerimónia de tumulação do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da batalha, seria efetuada no dia 9 de Abril de 1921 e para tal decretou esse dia como feriado nacional. A cerimónia foi um momento alto de um esforço coletivo que se fazia então no sentido de reabilitar a participação portuguesa na Grande Guerra. Mas acontecia três anos depois do fim das hostilidades mas no princípio de um longo processo de catarse necessário aos traumas adquiridos.

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa:
- Div1/Sec35/Cx1276/Nº1

BIBLIOGRAFIA

- Baker, C. (2011). *The battle for Flanders. German Defeat on the Lys 1918*. (p. 218). South Yorkshire: Pen & Sword Books Limited.
- Costa, G. da. (1920). *A Batalha do Lys* (p. 256). Porto: Renascença Portuguesa.
- Fraga, Luis Alves de. (n.d.). O CEP marcha para o “front”. In A. Afonso & C. M. Gomes (Eds.), *Portugal e a Grande Guerra* (pp. 322–325). Lisboa: Circulo de Leitores.
- Fraga, Luís Alves de. (n.d.). Portugal e a grande guerra. Balanço estatístico. *Portugal e a Grande Guerra* (pp. 547–552). Diário de Notícias.
- Freiria, F. (1918). *Os Portugueses na Flandres* (p. 303). Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.
- Haass, R. N. (2009). *War of Necessity : War of Choice*. New York: Simon & Schuster.
- Magno, D. (1921). *Livro da Guerra Vol 1* (p. 270). Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Marques, I. P. (2002). *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra* (p. 444). Entroncamento: GODAL - Industria Gráfica e Comércio.
- Marques, I. P. (2004). *Memórias do General 1915-1919* (p. 238). Viseu: SACRE Fundação Mariana Seixas.
- Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra, Vol I* (p. 319). Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F. (1938). *Portugal na Grande Guerra, Vol II* (p. 351). Lisboa: Editorial Ática.

- Meneses, F. R. de. (2011). A grande aposta da república: o corpo expedicionário português. *A 1ª República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império* (pp. 221–244). Lisboa: tinta da china.
- MNE. (1995). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II* (p. 383). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Senior, M. (2012). *Hacking. A dutiful Soldier* (p. 308). South Yorkshire: Pen & Sword Military.
- Simkins, P. (2003). *The First World War (3). The Western Front 1917-1918* (p. 78). Osprey Publishing.
- Telo, A. J. (2004). Os começos do Século. *Nova História Militar de Portugal, Vol 3*. Circulo de Leitores.
- Telo, A. J. (2010). *Primeira República I. Do sonho à realidade* (p. 445). Lisboa: Editorial Presença.

Miguel Freire

TCor Cav